

JULIANA OLIVEIRA
EIRÓ DO NASCIMENTO

TRABALHO DECENTE NO CÁRCERE

POR UM NÚCLEO MÍNIMO
DE DIREITOS EM PROL
DA DIGNIDADE HUMANA

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

1 Introdução	1
2 Do Controle Ao Respeito à Dignidade: Trajetória Histórica e Desafios Atuais do Trabalho no Sistema Prisional Brasileiro	5
2.1 A evolução histórica das penas e a construção do sistema penal moderno: da vingança à disciplina do trabalho	5
2.2 Sistema penal brasileiro: desenvolvimento histórico e os novos paradigmas da execução penal.....	16
3 Trabalho Prisional no Plano Internacional.....	31
3.1 A declaração universal dos direitos humanos de 1948...	32
3.2 O pacto internacional sobre direitos civis e políticos de 1966.....	34
3.3 O pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais de 1966.....	36
3.4 A convenção suplementar sobre a abolição da escravidão, do tráfico de escravos e das instituições e práticas análogas à escravidão de 1956	39
3.5 A convenção americana sobre direitos humanos (pacto de san José da Costa Rica) de 1969.....	41
3.6 A convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes de 1984	45
3.7 As regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos de 1955	47

3.8 As regras das nações unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (2010)	56
3.9 Conclusões sobre os diplomas internacionais: entre a afirmação da dignidade e os desafios da efetivação	64
4 Trabalho Prisional no Plano Interno Brasileiro	69
4.1 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ...	70
4.2 O código penal brasileiro – decreto-lei nº 2.848/1940 ...	72
4.3 A lei de contravenções penais – decreto-lei nº 3.688/1941....	73
4.4 A lei de execução penal – lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984	74
4.5 As regras mínimas para tratamento de presos no Brasil – resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 do conselho nacional de política criminal e penitenciária....	93
4.6 Decreto nº 6.049/2007 – Regulamento penitenciário nacional	94
4.7 Decreto nº 9.450/2018 – Política nacional de trabalho no âmbito do sistema prisional (PNAT)	97
4.8 Portaria interministerial nº 3/2018.....	101
4.9 Manual de mão de obra prisional do DEPEN.....	106
4.10 Plano nacional de política criminal e penitenciária (2024–2027).....	115
4.11 Conclusões sobre o ordenamento jurídico brasileiro: entre a proteção declarada e a omissão operacional ..	122

5 A Gestão da Mão de Obra Prisional: Análise do 16º Ciclo de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Realizado de Janeiro a Junho de 2024	125
5.1 Metodologia	126
5.2 Resultado	130
5.2.1 Caracterização dos dados	131
5.2.2 Conteúdo dos dados	131
5.3 A problemática do trabalho no cárcere: perfil do encarcerado, labor e salário	160
6 O Trabalho Decente	171
6.1 Fundamento jurídico do trabalho decente.....	174
6.2 O arcabouço de direitos mínimos em prol da dignidade do homem-trabalhador	180
6.3 O direito ao trabalho decente aos encarcerados no brasil: uma ampliação do manto protetivo	187
7 Considerações Finais.....	201
Referências.....	205